

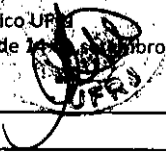


Questão 1:

Uma perspectiva teórica considerada clássica para as Ciências Sociais advém do autor Thomas Hobbes. Hobbes escreveu que em uma época já passada não existia lei ou liderança entre os indivíduos e por isso, cada um era responsável por si mesmo. Essa atmosfera lembrava a lei da selva, quer dizer, que em momentos de confronto ou conflito o mais forte geralmente vence, pois não havia outras formas de resolver um disputa, além de apelar para a força física. Sendo a força o ~~o~~ medidor diferencial das ubqü, o homem (na figura representativa do indivíduo) era o lobo do homem. Uma vez que o uso da força era usado em seu extremo. Como exemplificação, o autor analisou uma situação de disputa de terras, não havendo lei ou acordo pacífico possível, a forma usual de determinar o dono da terra era através do confronto físico, a partir da força bruta. E, para eliminar a menor chance de concorrência era necessário a aniquilação do adversário.

Partindo desse quadro extremo, considerado por muitos comentaristas e pesquisadores de estado selvagem, Hobbes defende que a saída encontrada para sanar os problemas, como um esboço de primeira mão de um direito à propriedade, ~~que~~ ~~de~~ de forma a preservar também a vida da população foi estabelecer um contrato social entre a sociedade descrita. Este contrato precisou ser acordado por todos, à época, como forma de preservar o coletivo dos interesses individuais de alguns. O contrato social fez surgir como forma de organização e de exercício do poder o Estado. O estado ~~foi~~, portanto, a solução encontrada para garantir uma certa convivência entre as pessoas, sendo seu poder legitimado pela população e sem fazer uso da força física, mas legitimado pelo contrato social em si.

Outra perspectiva teórica das Ciências Sociais, ainda que



Usmbém contratualista, não defende que a população passa todos seu poder de ação ao Estado. John Locke autor desta perspectiva escreve que o Estado tem foi criado como uma forma de governo, mas que alguns interesses ~~est~~ individuais, como a propriedade, cabia ainda a cada um. ~~Locke~~ Locke ~~em~~ não descree o mesmo quadro pré-contratual de Hobbes, para ele ^{já era} possível uma convivência, relativamente, harmoniosa entre a sociedade, porém cada pessoa se achava ^{em} no direito e na razão do que a outis quando havia disputas entre si. Isto significa que não havia objetividade nas disputas, e ainda que não houvesse o uso irrestrito da força como na sociedade hobbesiana, havia uma arbitrariedade que impedia que realmente se estabelecesse um bom convívio.

O contrato social Usmbém foi a solução encontrada pelo autor, porém seu poder era limitado. Sua visão liberal estabeleceu que ainda que o Estado ^{tenha sido} ~~foi~~ criado, seu governante deve tratar apenas de assuntos gerais que garantam o interesse do coletivo sem que para isso ultrapasse ~~o~~ o ^{interesse} ~~de~~ individual. Para os próprios indivíduos eram capazes de resolver e lidar com algumas questões. Não havia o risco à vida como Hobbes escreveu, portanto, não o Estado não precisava intervir em todos os assuntos. A propriedade, no caso, era assunto particular e deveria ser respeitado pelo Estado como tal.

Questão 2:

~~Em~~ Ao se basear nas perspectivas contratualistas, entende-se que o Estado foi criado para atender o bem-estar coletivo e representar a população. E, suas ações devem buscar soluções que indivíduos sozinhos Usbvez não consigam. Dito isso, seguindo o exemplo da propriedade privada; ~~o~~ ~~Estado~~ é função do Estado brasileiro garantir o direito à moradia a todos seus



cidadãos. Este dever, inclusive, está descrito na Constituição de 1988 e é uma ~~questão~~ questão que sempre está em debate. O direito à moradia é um direito individual, porém considerando que é destinado a todos os cidadãos brasileiros, também é considerado um interesse coletivo, pois não há restrição na constituição, é um direito de todos. Pode-se supor então que a questão da moradia é assunto de Estado, porém a moradia esbarra na maneira como são divididas as terras no Brasil.

Cada pedaço de terra possui um valor, segundo nosso sistema capitalista e o que determina este valor é a especulação imobiliária. As ~~terras~~ ^{terras} são avaliadas pelo seu valor de troca e não por seu valor de uso, isto é, as terras ~~possuem um~~ ^{possuem um} valor que está relacionado com quanto ela pode ser utilizada e não pelo fato de ser possível ou não ser transformada em algo útil para alguém. Por isso, há ~~tantos~~ ^{tantos} terrenos desocupados no país, mais até do que pessoas que necessitam de um lugar para morar, os sem-teto. Os terrenos desocupados permanecem vazios à espera de uma valorização, ainda que poderiam ser utilizados por quem precisa. O Estado brasileiro "não" pode fazer em relação isso, pois não é sua função determinar quem morar onde, isso é assunto particular. Evidentemente, o Estado possui meios de ocupar esses terrenos, porém não possui poder para pensar esses terrenos vazios para alguém à procura de moradia. Assim, é possível acumular terrenos, ainda que ~~vazios~~ ^{mesmo} que outras pessoas precisem de um terreno.

Não podendo intervir de forma direta em um terreno particular e ainda precisando cumprir sua função de garantir moradia a todos, o Brasil pode criar políticas públicas que visem tratar a questão da moradia. Tendo as terras um valor de troca, as políticas com esse fim costumam ser ^{uma parceria} público-privada, como a

recente e famoso programa "Minha Casa, Minha Vida". Sua ideia visava solucionar parcialmente o problema dos sem-teto, mas como havia o vínculo com as empresas privadas, elas ~~em~~ ^{além} como o Estado, possuíam o poder de determinar o andamento e o processo do programa e deliberar como um todo, toda a estrutura da política. O interesse das empresas é particular e se refere aos lucros possíveis dessa ação política conjunta. Sendo assim, embora as pessoas mais necessitadas sejam as provenientes da classe mais baixa, os pobres, o programa não atinge essa parcela da população. Por sua vez, essa parcela ~~que~~ que não têm seu direito garantido, não se vê representada nem atendida pelo Estado. Quando essa parcela insatisfeita se junta a outros grupos também insatisfeitos com outras instâncias do Estado ocorre uma crise de representação.

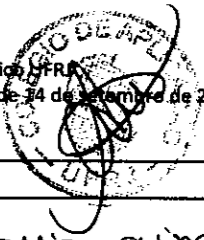
O Estado porém é uma instituição e estar insatisfeito com um governo (que é temporário) não gera necessariamente a uma crítica na instituição ou no tipo de contrato social estabelecido. Porém, quando há um histórico de problemas não resolvidos; pessoas insatisfeitas e sem esperança a respeito dos mesmos problemas; sem perspectivas de mudança e representação, há uma crise do modelo de governança escolhido. O que ocorre no Brasil hoje é esse somatório de insatisfação que se acumula há anos, em diferentes governos e assuntos criando uma atmosfera de descontentamento, raiva e desilusão em relação as instituições relativas ao Estado como um todo. Não se acredita mais que seu candidato escolhido irá solucionar seus problemas e nem buscar representar seus interesses. Somado as notórias histórias de corrupção e desvio de dinheiro, a população tem a impressão (ou a certeza) de que os candidatos

ao serem eleitos defenderão não o interesse coletivo, como era de se esperar, mas seus próprios interesses individuais. É a população que legitima e valida o poder dos governantes, então essa desconfiança leva a uma crise da democracia, do contrato social como um todo e das instituições.

Questão 3:

Considerando ter ~~4~~ quatro aulas para desenvolver este tema, eu ~~concentraria~~ concentraria a primeira aula na temática do poder, por esse conceito carregar um peso do ~~o~~ senso-comum de que poder se tem ou não tem. Há uma ideia de poder já é algo estabelecido, principalmente se vier associado aos conceitos de política e Estado. Importante seria então, quebrar com essa noção logo na primeira aula para que nas seguintes, quando outros tópicos forem abordados não carreguem essa carga ~~verônica~~ ~~concepção~~.

Por ser uma aula em que o foco fosse desmistificar o conceito, acho importante ela ser dividida em dois momentos-chaves. A primeira seria uma conversa provocativa em que eu apenas questionaria o que eles consideravam como poder. Esperando respostas de diferentes tipos, eu anotaria tudo no ~~quadro~~ quadro. Depois perguntaria sobre situações cotidianas em que a noção de poder se manifesta. Acredito que essas situações já apareceriam na primeira pergunta, mas caso não, eu mesma citaria algumas, a fim de que eles analisassem abertamente, em voz alta para a turma toda essas situações, como por exemplo: Relação entre pais e filhos; chefes e empregados. ~~...~~ A partir das respostas, sabendo que a maioria concordaria que os pais e chefes são os detentores do poder, provocaria dizendo coisas do tipo: "poder é unilateral?"; "E ~~quando~~ em caso de greve? O chefe ainda tem todo o poder"; "E se um bebê chora ou uma criança faz birra?"; per-



perguntaria ainda em situações de trânsito quem tem mais poder ou ainda se há poder no trânsito e em outras situações, e também perguntaria se de fato, como é comum achar, uma pessoa mais alta ou mais forte tem mais poder, em quais situações e se não tem também, em quais situações. Perguntaria ainda em casos de bullying, porque infelizmente isso é comum em escolas, se quem pratica tem poder e porque. E se é possível ocorrer a situação e como.

Com essa conversa aberta gostaria de fazer a tônica de que poder é dinâmico, pois o poder estar com alguém e não é de alguém. Gostaria de demonstrar também que pode se manifestar em diferentes situações / locais e que é possível ter poder em um momento / situação e no outro não. Essa dinâmica mostra também que poder requer legitimação e reconhecimento.

Dito isso, partiria para segunda parte da aula que teria ler um texto que ~~era~~ endossaria o que foi dito na primeira parte. Agora me vem a mente o texto de Foucault sobre o que é poder, mas talvez para o 1º ano fosse um pouco denso, portanto, se eu faria um resumo e acharia um comentarista que fala com mais didática sobre a teoria de Foucault. ~~Ad~~ Aceito que buscando fazer um gancho com as próximas aulas que tratavam do Estado e da política, seria interessante questionar sobre o poder que o Estado tem, e quais situações o cidadão tem poder e ainda, se o poder de um elimina o outro. Mas ~~esse~~ o Estado e o desdobramento dessas perguntas seriam melhor desenvolvidos nas aulas seguintes.